

Pesquisas Interdisciplinares Estimuladas por Problemas Concretos das Ciências Sociais Aplicadas

**Elói Martins Senhoras
(Organizador)**



Pesquisas
Interdisciplinares
Estimuladas por
Problemas Concretos
das Ciências Sociais
Aplicadas

**Elói Martins Senhoras
(Organizador)**



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Pesquisas interdisciplinares estimuladas por problemas concretos das ciências sociais aplicadas

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Elói Martins Senhoras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P474 Pesquisas interdisciplinares estimuladas por problemas concretos das ciências sociais aplicadas / Organizador Elói Martins Senhoras. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-813-7

DOI 10.22533/at.ed.137210902

1. Ciências sociais. I. Senhoras, Elói Martins (Organizador). II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

O desenvolvimento evolutivo do campo de Ciências Sociais Aplicadas tem sido caracterizado por uma pulsante força dinâmica engendrada por estrutural tendência de crescente emergência de novos cursos, debates e agendas de pesquisa que buscam responder aos dilemas de uma realidade cada vez mais fluida e complexa.

A abordagem interdisciplinar apresentada por este livro dentro do campo das Ciências Sociais Aplicadas tem como fundamento lógico uma análise teórico-conceitual que parte da própria apreensão dos problemas existentes na realidade empírica brasileira a fim de descrever explicações e propor prescrições de soluções para os dilemas humanos.

Partindo da ampla capacidade dialógica de um campo científico relativamente aberto à pluralidade dialógica, esta obra intitulada, “Pesquisas Interdisciplinares Estimuladas por Problemas Concretos das Ciências Sociais Aplicadas 1”, apresenta uma instigante agenda de diferenciados estudos sobre a realidade empírica urbana e rural brasileira.

O objetivo deste livro é demonstrar que existe uma riqueza teórico-metodológica existente na combinação de uma leitura interdisciplinar e em uma ciência aplicada à resolução dos problemas sociais do campo científico, propiciando assim uma abrangente agenda de estudos de ampla relevância fenomenológica.

Estruturado em 18 capítulos, este livro apresenta relevantes pesquisas em distintos cantos do país, as quais coadunam de um convergente recorte metodológico interdisciplinar que parte da análise das realidades empíricas para conformar os marcos teórico-conceituais mais adequados para explicar e responder aos dilemas empíricos.

Fruto de um trabalho coletivo, desenvolvido por um conjunto de pesquisadoras e pesquisadores brasileiros oriundos de distintos estados, este livro faz um imersivo estudo interdisciplinar sobre as distintas realidades empíricas que valoriza a busca para a resolução dos problemas com base nas experiências adquiridas *in loco*.

Alicerçado na pluralidade do pensamento, no estado da arte e na capacidade dialógica dos estudos com a fronteira do conhecimento no campo das Ciências Sociais Aplicadas, este livro traz significativos subsídios para um amplo público de leitores analisar e interpretar a realidade contemporânea no país com base em uma leitura interdisciplinar.

Excelente leitura!

Elói Martins Senhoras

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

(IN)VISIBILIDADE DO MUNDO RURAL: FRAGILIZAÇÃO DE DIREITOS À POPULAÇÃO CAMPESINA EM TEMPOS DE PANDEMIA VERSUS A REDE DE SOLIDARIEDADE DO MST CONTRA O CORONAVÍRUS – UM OLHAR SOBRE GÊNERO

Andreza Aparecida Franco Câmara

Larissa César Zavatário

Paulo Brasil Dill Soares

DOI 10.22533/at.ed.1372109021

CAPÍTULO 2..... 13

DOS MOVIMENTOS SOCIAIS À CONQUISTA DA TERRA: A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO DO SUL

Elaine Aparecida da Silva

Welton Rodrigues de Souza

Vivian Rosa Garcia de Almeida Souza

DOI 10.22533/at.ed.1372109022

CAPÍTULO 3..... 29

ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ EM RELAÇÃO ÀS APREENSÕES DE ANIMAIS SILVESTRES NA AMAZÔNIA

Fabício Lemos de Siqueira Mendes

Ygor de Siqueira Mendes Mendonça

DOI 10.22533/at.ed.1372109023

CAPÍTULO 4..... 42

A RELAÇÃO URBANO E RURAL EM PONTA GROSSA – APONTAMENTOS PARA UMA DISCUSSÃO DE TERRITÓRIO E A PERCEPÇÃO ENQUANTO ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS

Reidy Rolim de Moura

Tainara Tatiane de Paula

DOI 10.22533/at.ed.1372109024

CAPÍTULO 5..... 59

LUTAS SOCIAIS E A CIDADE: A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA DE APOIO À REFORMA URBANA EM BELÉM/PA

Eliza Maria Almeida Vasconcelos

DOI 10.22533/at.ed.1372109025

CAPÍTULO 6..... 71

LAZER E TURISMO NOS JARDINS BOTÂNICOS DE BELÉM (PA)

Janise Maria Monteiro Rodrigues Viana

Helena Dóris de Almeida Barbosa

Ligia Terezinha Lopes Simonian

DOI 10.22533/at.ed.1372109026

CAPÍTULO 7	86
O DISCURSO DO “MARNOMUSEU” NO TURISMO EDUCATIVO E DE ENTRETENIMENTO: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE O AQUÁRIO DO RIO DE JANEIRO E DO OCEANÁRIO DE LISBOA	
Marta Cardoso de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.1372109027	
CAPÍTULO 8	99
ANÁLISE SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DOS EVENTOS DE CICLISMO PARA O CICLOTURISMO	
Josiane Kossar	
Rubia Gisele Tramontin Mascarenhas	
DOI 10.22533/at.ed.1372109028	
CAPÍTULO 9	108
MOBILIDADE COMO SERVIÇO UMA ANÁLISE NA CIDADE DE SÃO PAULO	
Emerson Aparecido Mouco Junior	
Laiane Maiara Guerreiro Pardini	
DOI 10.22533/at.ed.1372109029	
CAPÍTULO 10	121
MUDANÇAS DEMOGRÁFICAS E INTERNAÇÕES HOSPITALARES NO SISTEMA PÚBLICO DE SAÚDE: PROJEÇÕES PARA O CEARÁ	
Mariana Daniele Bezerra do Nascimento Tavares	
Alane Siqueira Rocha	
Breno Aloísio Torres Duarte de Pinho	
DOI 10.22533/at.ed.13721090210	
CAPÍTULO 11	130
O MODELO PROBABILÍSTICO DE TÓPICOS APLICADO À SEGURANÇA PÚBLICA: UM ESTUDO DAS ÁREAS INTEGRADAS DE SEGURANÇA PÚBLICA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	
Marcio Pereira Basilio	
DOI 10.22533/at.ed.13721090211	
CAPÍTULO 12	146
REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO NA ÁREA DE PLANEJAMENTO 5 DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	
Paulo Luiz da Fonseca	
Tatiana Pinho Mattos	
Fernanda da Silva Oliveira	
Alan Lopes Nóbrega	
DOI 10.22533/at.ed.13721090212	
CAPÍTULO 13	161
MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DE GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS COM EFLUENTES DE ESGOTOS NO ÂMBITO DE CONTRATO DE CONCESSÃO	
Tatiana Pinho Mattos	

Paulo Luiz da Fonseca
Fernanda da Silva Oliveira
Alan Lopes Nóbrega

DOI 10.22533/at.ed.13721090213

CAPÍTULO 14..... 175

CULTURA POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: UMA QUESTÃO DE MÉTODO, PESQUISA E CIDADANIA

Antônio Marques do Vale
Ignês Amorim Figueiredo

DOI 10.22533/at.ed.13721090214

CAPÍTULO 15..... 183

GALACTOGENIA: DIREITO DOS ANIMAIS X SAÚDE DOS HOMENS

Maíra dos Santos Vieira

DOI 10.22533/at.ed.13721090215

CAPÍTULO 16..... 196

PROBLEMATIZAÇÃO DA EXPRESSÃO “VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA” À LUZ DOS DIREITOS HUMANOS DOS PACIENTES

Aline Albuquerque
Raylla Albuquerque
Laura Boeira
Isis Machado
Luana Lima
Meiriany Lima

DOI 10.22533/at.ed.13721090216

CAPÍTULO 17..... 212

PESQUISA PARTICIPANTE UMA COMUNIDADE DE VOLUNTÁRIOS: UM ESTUDO DE CASO NA ANAPCI-IRATI

Marcela de Moraes
Jorge William Pedroso Silveira
Erivelton Fontana de Laat

DOI 10.22533/at.ed.13721090217

CAPÍTULO 18..... 220

OS IMPACTOS CAUSADOS PELA MIGRAÇÃO DOS VENEZUELANOS PARA O BRASIL

Erivalton Santos Silva

DOI 10.22533/at.ed.13721090218

SOBRE O ORGANIZADOR..... 233

ÍNDICE REMISSIVO..... 234

OS IMPACTOS CAUSADOS PELA MIGRAÇÃO DOS VENEZUELANOS PARA O BRASIL

Data de aceite: 04/02/2021

Erivalton Santos Silva

<http://lattes.cnpq.br/5258974465263167>

RESUMO: Com base a toda problemática estabelecida no governo do então presidente da Venezuela, Nicolás Maduro o país outrora rico e que tem uma das maiores reservas de petróleo, passa por uma crise econômica e política que gerou uma inflação enorme no país, tornando inacessíveis alimentos e remédios a população fazendo com que busquem refúgio em outros países, e o Brasil é um dos pontos de referências para essas pessoas em busca de uma vida digna. Vendo de forma humanitarista é necessário o suporte a essas pessoas. - Mas e no ponto de vista social? É justamente sobre esse assunto que será abordado o tema deste. Note que, só no primeiro semestre de 2017, Roraima recebeu 5.787 pedidos de refúgio COSTA (2017). Sem levar em consideração os números ainda maiores que não são efetivamente contabilizados e com essa gama imensa de refugiados, ou seja, imigrantes que não estão com a situação regularizada. Com isto, cria-se internamente problemas ligados a violação sexual ou de gênero, exploração e a falta de direitos básicos, xenofobia e em muitos casos por estarem irregulares o trabalho escravo, além dos problemas relacionados a saúde de muitos venezuelanos visto que, o sistema de saúde da Venezuela está precário e defasado e com a problemática do idioma muitos não consegue se

integrar gerando um problema social catastrófico.

PALAVRAS - CHAVE: Violação sexual ou de gênero; exploração e a falta de direitos básicos; xenofobia; trabalho escravo; integrar.

ABSTRACT: Note that in the first half of 2017 alone, Roraima received 5,787 COS-TA (2017) asylum applications. Without taking into account the even greater numbers that are not actually counted and with this immense range of refugees, that is, immigrants who are not in a regular situation. This creates problems internally linked to sexual or gender rape, exploitation and the lack of basic rights, xenophobia and in many cases because slave labor is irregular, in addition to the health problems of many Venezuelans since, Venezuela's health system is precarious and out of date and with the language problem, many are unable to integrate, generating a catastrophic social problem.

KEYWORDS: Sexual or gender rape; exploitation and lack of basic rights; xenophobia; slavery; to integrate.

SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICO E POLÍTICA NA VENEZUELA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS

O país vive uma inflação meteórica, com escassez de alimentos e de produtos de necessidade básica. Recessão, que aumenta desde 2013, gerou uma radicalização política por parte da oposição e do governo.

Há cinco anos morria o ex-presidente Hugo Chávez, um nome populista que promoveu melhorias na qualidade de vida dos

venezuelanos, principalmente para as classes mais pobres. Quem assumiu o poder desde então foi Nicolás Maduro, que tentou aplicar em seu governo a mesma política de Chávez. As condições que o atual presidente encontrou, no entanto, eram bem diferentes das de quando Hugo assumiu: o preço do barril de petróleo, base da economia da Venezuela, baixou. Medidas de controle estatal próprias do chavismo, modelo de socialismo inspirado pelo bolivarianismo, se mostraram insustentáveis dentro de um contexto de crise política e econômica.

Cinco anos depois, venezuelanos enfrentam uma situação complicada. Nos mercados, faltam alimentos, produtos de higiene e remédios. A inflação se encontra acima de 800% ao ano, aumentando o preço de insumos básicos, quando esses conseguem ser encontrados. As ruas se enchem de uma oposição cada vez mais radical, que encontra uma resposta igualmente radical por parte do governo do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV), já há 18 anos no poder.

A situação caótica provocou uma forte onda migratória de venezuelanos miseráveis para os países vizinhos da América Latina, principalmente o Brasil. Cerca de 50 mil venezuelanos entraram aqui após o agravamento da crise político-econômica na nação bolivarianista.

“A crise tem a ver com o aprofundamento do modelo bolivariano, com equívocos da oposição e com o isolamento internacional da Venezuela”, explica o professor de Ciência Política e Relações Internacionais do Ibmecc/MG, Oswaldo Dehon. Segundo ele, o estopim de uma situação de crise que já se espreitava foi a transição de Chávez para Maduro. “Maduro não tem a mesma liderança nem a capacidade de unir forças”, resume.

A CRISE NA ECONOMIA

A economia na Venezuela é pouco diversificada e dependente. A base dessa, aproximadamente 96% da renda, está no petróleo, produto abundante no país, mas de valor que sofre oscilações. Itens de necessidade não são produzidos no país, dependendo da importação de países próximos, entre eles, o Brasil. O preço do barril de petróleo, de 120 dólares em 2008, caiu para menos de 50 dólares a partir de 2014. Além de perder a capacidade de importar, o país não pôde manter os investimentos sociais, um dos pontos mais positivos do governo de Chávez.

O controle nos preços, uma medida tomada por Hugo Chávez para evitar inflação, desestimulou investimentos de iniciativa privada dentro do país. Em alguns casos, a venda era desvantajosa para empresas privadas devido aos impostos, o que ajudou a fazer com que os produtos sumissem das prateleiras. A dependência do Estado na economia prejudica o país, quando esse não consegue, sozinho, suprir as demandas da população.

Outra medida de combate à inflação no governo de Chávez também mostra resultado agora, em tempos de crise. O controle do câmbio, adotado desde 2003 com o objetivo

inicial de impedir a fuga de dólares do país, deu espaço para uma corrupção interna por parte dos militares e membros do governo. O desvio ilegal provoca escassez da moeda estrangeira dentro do país, o que agrava o problema de abastecimento.

A escassez de alimentos e a crise econômica no contexto atual da Venezuela têm aumentado a violência na região. Em 2017, o país registrou os índices de homicídio mais altos da América Latina. Um levantamento do Observatório Venezuelano de Violência (OVV) mostra que, no ano passado, 26.616 pessoas foram assassinadas. Segundo o relatório, as causas das 73 mortes por dia foram a queda vertiginosa da qualidade de vida dos venezuelanos, a dissolução sistemática do estado de direito no país e o aumento da violência e da repressão por parte do Estado.

A CRISE NA POLÍTICA

A Venezuela se encontra politicamente dividida. De um lado, estão os que defendem as políticas socialistas do ex-presidente Hugo Chávez. Do outro, os opositores, que esperam há 18 anos o fim do poder de um mesmo partido. Oswaldo Dehon relaciona a crise ao grau de desconfiança em um “ambiente profundamente ideológico”. Protestos de rua afloram questões políticas de uma democracia considerada por alguns como questionável.

As crises econômica e política se unem quando uma dá forças para a outra. Enquanto o governo prioriza a manutenção do poder, a oposição se faz valer da recessão para obter ganhos políticos. Maduro acusa os líderes opositores de cooptar empresários para reter os seus produtos e agravar o desabastecimento dos supermercados.

Fatores internacionais também influenciam na crise. A pressão vinda do capitalismo, por meio dos Estados Unidos, acirra tensões contra o chavismo. Na opinião de Dehon, é a desconfiança nos demais regimes que não o socialista que provoca o isolamento da Venezuela, prejudicial em épocas de crise. “Seria mais importante uma presença dos atores internacionais dentro do debate político”, opina.

Está prevista uma eleição presidencial para a segunda quinzena de maio – anteriormente, ela ocorreria no dia 22 de abril. O presidente Maduro apresenta-se a um segundo mandato para permanecer no poder até 2025, e tem como opositores Henri Falcón, um dissidente do ‘chavismo’, e quatro outros candidatos. Para Oswaldo, a eleição não se configura como uma solução para a crise.

MIGRAÇÃO

Desde os primórdios da história da humanidade, os seres humanos deslocam-se, por vontade própria ou involuntariamente. Esse fenômeno tende a aumentar na proporção em que a humanidade cresce. Todavia, as múltiplas e graves crises (econômicas, políticas e culturais) são eventos propulsores do êxodo e dos fluxos de pessoas que se encontrem

em situação de ameaça pelo mundo inteiro. Portanto, o fenômeno da migração humana não é pontuado apenas por um episódio contemporâneo de migração em larga escala de venezuelanos fugindo para o Brasil, devido às graves violações aos direitos humanos ocorridas em seu país de origem. A Venezuela atravessa uma dramática crise humanitária, embrionária de instabilidades políticas, autoritarismo, corrupção, desemprego, alta da inflação, recessão econômica, escassez de recursos básicos e violência, configuraram o estopim para que parte da população se desloque para além das fronteiras daquele país. Imersa na pior crise humanitária, econômica, política e social da sua história, a Venezuela não é mais território pacífico, obrigando milhares de pessoas a deixarem o país em busca de condições mínimas de sobrevivência. Mais de 30 mil venezuelanos cruzaram a fronteira do Brasil e, destes, segundo a superintendência da Polícia Federal em Roraima, entre janeiro e maio deste ano, 28,8 mil entraram pelo município de Pacaraima que dista 212 km da capital Boa Vista, no Estado de Roraima. Os venezuelanos se amontoam em enormes filas no posto de controle da Polícia Federal instalado na divisa entre os países, com o intuito de solicitar autorização para permanecer no Brasil como refugiados. De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) a previsão é que a economia da Venezuela encolha 12% neste ano e a inflação estimada é superior 2000%, com os problemas inflacionários e a recessão econômica, o banco central parou de liberar indicadores econômicos trimestrais e mensais. O controle de preços e a política decretada por Nicolás Maduro de retenção de dólares, gerou consequências estarrecedoras para a população como a escassez de produtos básicos, essenciais ao desenvolvimento e vida digna da população como: leite, ovos, farinha, sabão e papel higiênico. Uma das consequências da crise política e econômica que a Venezuela enfrenta é o deslocamento em larga escala da população para outros países. O Brasil foi um dos destinos escolhidos. A fronteira seca, sem obstáculos naturais, entre a cidade brasileira de Pacaraima e a venezuelana de Santa Elena, transformou o Estado de Roraima no destino mais acessível. O fluxo migratório inesperado de venezuelanos para o Brasil, com o consequente aumento na demanda de pedidos de refúgio ao Estado brasileiro, representa uma sobrecarga nos serviços públicos de todas as áreas institucionais. A crise econômica brasileira está sendo responsável por diversos cortes em repasses financeiros para os municípios e Estados e isso prejudica os serviços públicos em todos os níveis, no Estado de Roraima não é diferente. No presente trabalho, apesar dos obstáculos diante da ausência de informações fidedignas e dados oficiais, fornecidos por organizações governamentais, buscou-se traçar o perfil do migrante forçado, analisando o regime internacional de proteção aos refugiados e a posição do Brasil na vanguarda de auxílio àqueles que, em consequência de grave violação de seus direitos humanos, são obrigados a deixar seu país de origem e analisar a atuação das agências da ONU e das ONGs no Brasil no que diz respeito à proteção dos direitos humanos da população venezuelana que chega ao Estado de Roraima.

CONSEQUÊNCIAS NO BRASIL

A crise na Venezuela deu início em 2013 com a morte de seu presidente Hugo Chávez, e a entrada de Nicolas Maduro na presidência. Com isso a economia do país se abalou, o valor do barril de petróleo (principal economia do país) teve queda, só o petróleo correspondia a 96% da exportação do país.

Em 2016 a pobreza nos países da América Latina alcançou cerca de 30,7% da população, principalmente pelo fato econômico no Brasil e na Venezuela, que reduziu a média regional.

A Venezuela enfrenta um cenário de recessão e aumento da pobreza. A taxa de inflação está acima de 800% ao ano e faltam itens básicos nos supermercados, como alimentos, produtos de higiene e remédios.

Nas ruas, há quem tenha que procurar comida no lixo, enquanto uma cesta básica, em dezembro de 2017, custava 17 salários mínimos.

A situação caótica provocou uma forte onda migratória de venezuelanos para os países vizinhos da América Latina, principalmente o Brasil e Colômbia.

A crise política, econômica e humanitária que a Venezuela atravessa – foi classificado pelo secretário-geral da OEA (Organização dos Estados Americanos), o uruguaio Luís Almagro, como “o assunto mais grave do hemisfério”. De acordo com ele, essa situação, que já é “desesperadora”, “pode piorar” ainda mais nos próximos meses.

A ONU aponta que cerca de 2,3 milhões de venezuelanos vivem no exterior. Tradicionalmente, a maioria está na Colômbia, nos Estados Unidos e na Espanha, mas o Peru e o Brasil têm visto desde 2016 o fluxo migratório de venezuelanos multiplicar.

Estimativa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta que cerca de 30,8 mil venezuelanos vivem no Brasil atualmente. Destes, aproximadamente 10 mil cruzaram a fronteira somente nos seis primeiros meses de 2018. Os venezuelanos se concentram principalmente em Roraima por fazer fronteira com a Venezuela.

Com o grande número de imigrantes venezuelanos nos países vizinhos, a população também sofre com o aumento da criminalidade, problemas na saúde por conta da grande demanda e problemas com trabalho.

* 1º de agosto: A governadora de Roraima, Suely Campos (PP), assina decreto para endurecer as regras de acesso dos venezuelanos a serviços públicos do estado, que seria restrito apenas a imigrantes com passaporte;

* Como principal commodity do país, a Venezuela acabou sofrendo com a queda do preço do barril. De 100 para 50 dólares de 2014 para cá, o valor foi interessante para os consumidores do exterior.

Alguns pontos relativos à crise na Venezuela chamam a atenção. O agravamento das tensões internas espalhou o problema para o estrangeiro. Entre os motivos, 5 podem ser citados como os principais, e que levaram a Venezuela ao colapso atual.

DIREITOS HUMANOS E TRATADOS

E vetado o apoio às imigrantes tuteladas pela Lei 9.474/97, Art. 1º, inciso III – “devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país” criando uma obrigação interna no caso específico do Brasil.

DECRETO 25.681-E DE 1º DE AGOSTO DE 2018

“Decreta atuação especial das forças de segurança pública e demais agentes públicos do Estado de Roraima em decorrência do fluxo migratório de estrangeiros em território do Estado de Roraima e dá outras providências”.

A GOVERNADORA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62, inciso III da Constituição Estadual, observando as legislações pertinentes e;

CONSIDERANDO a intensificação do fluxo migratório de pessoas oriundas da República Bolivariana da Venezuela para o Estado de Roraima, fato que tem intensificado a presença desses estrangeiros especialmente nos municípios de Pacaraima e Boa Vista;

CONSIDERANDO a ineficiência das ações federais no controle de fronteira, permitindo que pessoas que não se enquadram na situação de refugiados ingressem em território nacional de forma indiscriminada e sem as cautelas sanitárias e de antecedentes criminais;

CONSIDERANDO o aumento da demanda de serviços públicos estaduais para imigrantes, fato que tem sobrecarregado determinadas unidades de atendimento à população em diversas áreas, em especial saúde, educação, segurança pública e sistema prisional;

CONSIDERANDO o aumento de ocorrências de invasões de prédios públicos e propriedades particulares por parte de imigrantes, comprometendo a ordem pública, a paz social e o respeito à Constituição Federal e Estadual;

CONSIDERANDO o aumento da criminalidade envolvendo imigrantes, especialmente em detrimento de agentes públicos de saúde, de segurança e militares das forças armadas brasileiras, fato que pode colocar em risco a relação desses estrangeiros com os profissionais que desempenham suas funções nos atendimentos dos serviços públicos;

CONSIDERANDO as informações de inteligência policial de que estrangeiros estão envolvidos com o surgimento de facções criminosas em território do Estado de Roraima;

CONSIDERANDO a situação de vulnerabilidade de idosos e crianças filhas de imigrantes em situação de rua, em desacordo com as normas brasileiras aplicáveis, em especial o Estatuto da Criança e do Adolescente e Estatuto do Idoso, em desacordo com preconizado pela Operação Acolhida do Governo Federal;

CONSIDERANDO que o desrespeito às normas brasileiras pode dar ensejo à perda da condição de solicitante de refúgio ou de refugiado, sujeitando os infratores à deportação e/ ou expulsão;

CONSIDERANDO a recusa do Governo Federal em reconhecer a dívida de 184 milhões de reais a que o Estado de Roraima tem direito de ressarcimento decorrente de gastos com serviços públicos postos à disposição dos imigrantes, conforme demonstrado na Ação Civil Originária nº 3121 em trâmite no Supremo Tribunal Federal;

CONSIDERANDO o compromisso não cumprido por parte do Governo Federal de instalar um hospital de campanha em Boa Vista, conforme solicitado ao Presidente da República durante sua última visita a Roraima, em 21 de junho do corrente ano, cuja negativa tem sobrecarregado o sistema público estadual de saúde;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada atuação especial das forças de segurança pública e demais agentes públicos estaduais em todo o território do Estado de Roraima, provocada pela intensificação do fluxo migratório de indivíduos oriundos da República Bolivariana da Venezuela.

Art. 2º Fica autorizado o uso do Posto Fiscal da Secretaria de Estado da Fazenda localizado no Município de Pacaraima para controle de pessoas, bagagens, veículos, bem como verificação de documentação necessária ao trânsito e permanência em território nacional.

Art. 3º Determino que os serviços públicos prestados pelo Governo do Estado de Roraima diretamente à população sejam regulamentados para o fim de salvaguardar aos cidadãos brasileiros o acesso irrestrito a tais serviços.

I – A Secretaria de Estado da Saúde deverá editar Portaria regulamentando o seguinte:

a) controle e regulamentação do serviço público de saúde, especialmente no que tange ao acesso de cidadãos brasileiros e estrangeiros a consultas, exames, atendimento de urgência e emergência e cirurgias;

b) todo paciente que receber alta médica deverá deixar a unidade de saúde em que estava internado, a fim de desocupar o leito o mais brevemente possível.

II– A Delegacia Geral de Polícia Civil deverá editar Portaria regulamentando o seguinte: a) controle e regulamentação dos serviços prestados aos cidadãos, como emissão de carteira de identidade, serviços do Instituto Médico Legal, registro de ocorrências em delegacias, dentre outros;

III – Outras Secretarias de Estado e unidades da administração indireta também poderão editar portarias a fim de regulamentar o acesso aos serviços públicos por cidadãos brasileiros e estrangeiros.

Parágrafo único. Para acesso aos serviços públicos oferecidos pelo Governo do Estado de Roraima a estrangeiros, com exceção de urgências e emergências, é necessária a apresentação de passaporte válido, a não ser os indivíduos oriundos de Argentina, Paraguai e Uruguai, que gozam dos direitos e prerrogativas do Mercosul, e que podem apresentar documento de identidade válido.

Art. 4º Determinar ao Departamento Estadual de Trânsito e à Polícia Militar de Roraima que intensifique as fiscalizações de trânsito e aqueles veículos estrangeiros flagrados em situação irregular de ingresso no país deverão ser recolhidos e encaminhados à Receita Federal do Brasil em Roraima para as providências cabíveis.

Art. 5º Aqueles cidadãos estrangeiros que praticarem atos contrários aos princípios e objetivos dispostos na Constituição Federal e Constituição do Estado de Roraima, inclusive a violação de direitos fundamentais assegurados aos cidadãos brasileiros, tais como direito à vida, à integridade física, à propriedade, dentre outros, estão sujeitos às normas legais cabíveis, devendo a autoridade policial responsável adotar as providências necessárias para procedimentos de deportação ou expulsão, conforme o caso.

Art. 6º Determinar às autoridades policiais do Estado de Roraima que impeçam a turbulação ou o esbulho da posse de imóveis públicos e particulares, e ainda determinar à Procuradoria Geral do Estado que adote as providências para reintegração de posse nos casos em que já se tenha consumado a invasão de propriedade pública do Estado de Roraima.

Art. 7º Determinar à Secretaria de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social que adote medidas para assegurar os direitos previstos no Estatuto do Idoso e no Estatuto da Criança e do Adolescente aos idosos e às crianças em situação de vulnerabilidade, especialmente as que estiverem sendo exploradas para mendicância, com acionamento, inclusive, do Conselho Tutelar do município onde ocorrer o fato.

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 1º de agosto de 2018.

Os direitos humanos comportam nossos valores sociais historicamente constituídos, elaborados por um longo processo de evolução secular. Diversas ofensas sociais e físicas foram necessárias, centenas de milhares de pessoas sofreram para que a contemporaneidade pudesse gozar de tais direitos. Dizem respeito a nossa condição de seres humanos e são indispensáveis para o bem-estar civilizatório.

A partir do momento em que o Brasil ratifica um tratado humanitário obrigase por um valor legal e moral de cumpri-lo. Se tais tratados e convenções forem descumpridos perdem sua razão de existir, o que representaria uma desvalorização humana.

O controle de convencionalidade das leis é um instrumento de jurisdição indispensável e responsável por assegurar em plano nacional e internacional que direitos humanos não serão negligenciados ou desconstituídos. Funciona como um mecanismo de harmonização social objetivando, em especial, a salvaguarda dos valores humanísticos. O Brasil, enquanto Estado-nação deve aderir aos mencionados valores, sob pena de ser desleal com aqueles que o constituem, os cidadãos que compõem esse Estado que se determina como democrático.

O diálogo entre jurisdições é imprescindível para a perfectibilização dos

direitos humanos. Assim, o posicionamento do Estado brasileiro diante da condenação pela Corte Interamericana de Direitos Humanos em relação ao caso Araguaia não nos representa como um Estado Democrático de Direito, de forma que tal ato não deve servir de parâmetro para conduta alguma.

É imperioso que se resgate a hermenêutica como forma de concretização das normas internacionais, constitucionalizando o direito internacional, promovendo segurança jurídico-social, pois democratização ou transição democrática não podem ser balizadas pelo esquecimento, sendo necessária uma reflexão a própria memória humana, permitindo que o controle de convencionalidade instrumentalize e execute a segurança humanitária.

A Advocacia-Geral da União (AGU) pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) nesta sexta-feira (25) a suspensão imediata do decreto do governo de Roraima que torna mais rígido o acesso de estrangeiros a serviços públicos estaduais por considerar que o ato é inconstitucional.

O Ministério Público Federal e a Defensoria Pública da União também ingressaram com ação na 1ª Vara da Justiça Federal em Roraima pedindo a suspensão da medida.

O decreto foi assinado na última quarta (1º) pela governadora Suley Campos (Progressistas) sob a justificativa de que o fluxo migratório de venezuelanos tem causado impactos em todos os setores do estado.

Entre as normas da medida estão a exigência de passaporte válido para o imigrante ter acesso a serviços públicos, atuação especial das forças de segurança estaduais no controle migratório e deportação de pessoas envolvidas em crimes.

O pedido ao STF foi protocolado no processo que o governo de Roraima move contra a União pedindo o fechamento temporário da fronteira com a Venezuela. O documento foi assinado pela advogada-geral da união Grace Mendonça.

No pedido de suspensão, a AGU destacou que a exigência do passaporte para atendimento ao imigrante em qualquer serviço é ilegal. O governo do estado já passou a exigir o documento e venezuelanos que tentaram retirar certidão de antecedentes criminais não conseguiram.

“Independente da situação migratória, é garantido ao imigrante o acesso a serviços de saúde, de assistência social, e previdência, sem discriminação da condição migratória. A exigência de passaporte válido, revela-se, portanto, flagrante ilegal”, destacou a AGU.

No entendimento da AGU, o decreto contém “flagrante de inconstitucionalidade” e que é de “competência privativa da União legislar sobre a condição do estrangeiro no território nacional”.

Pelo menos quatro secretarias editariam regras próprias para regulamentar o acesso de imigrantes a serviços: Saúde, Educação, Segurança e Trabalho e Bem Estar Social.

“As disposições constitucionais descritas [no decreto] revelam a impossibilidade de restringir aos imigrantes venezuelanos o acesso aos serviços públicos prestados no

governo do estado de Roraima, ainda mais mediante decreto, de forma a acarretar a inconstitucionalidade do ato”, cita um trecho do pedido.

Em entrevista ao G1 por telefone, o secretário da Casa Civil estadual, Frederico Linhares, informou que até que haja uma decisão na Justiça contrária ao decreto, as normas determinadas pela governadora serão executadas.

“O que o estado de Roraima está fazendo é ocupando um espaço de omissão deixado pelo governo federal. Eles não devem ter compreendido o decreto”, disse Linhares.

Ao finalizar o pedido de suspensão, o órgão também pede que o STF enquadre o ato do governo estadual como “ato atentatório à dignidade da Justiça”.

Ação do MPF e DPU

O Ministério Público Federal (MPF) e a Defensoria Pública da União (DPU) informaram na noite dessa sexta que também ingressaram com ação civil pública, com pedido de liminar com urgência, contra a União e o Estado de Roraima.

A ação tem por objetivo vedar a exigência da apresentação de qualquer documento para a prestação dos serviços públicos básicos, bem como impedir procedimentos de deportação e expulsão realizados pelas polícias e órgãos estaduais.

Para os dois órgãos, o decreto também viola diversos princípios constitucionais, convencionais e legais, interferindo na competência da União em legislar sobre o policiamento de fronteiras, em procedimentos de expulsão e deportação.

O MPF chegou a emitir uma recomendação ao governo para que o decreto fosse revogado. A DPU também considerou o ato inconstitucional e repudiou a decisão do governo.

Certo: De que “O Brasil não tomaria a iniciativa de atacar. Mas, na hora que você é atacado, é até um instinto de sobrevivência revidar. Nesse caso, é importante orientar os soldados a não cair em provocações levianas”, afirma o general da reserva Eduardo Schneider.

DIFICULDADES DOS VENEZUELANOS NO BRASIL

1- O porque da crise no Brasil?

- Em busca de uma melhor qualidade de vida e fugindo das crises política e econômica no país, milhares de venezuelanos estão migrando para o Brasil. De 2015 para 2016, o número de pedidos de refúgios de venezuelanos ao Brasil cresceu 3.000%. O êxodo se aprofundou nos últimos meses, após anos seguidos de crise econômica e social, quando a inflação na Venezuela pode ter chegado a 700%. Além do custo de vida elevado, os venezuelanos enfrentam escassez de alimentos, remédios e até produtos básicos de higiene.

2-

A instabilidade política e a grave crise econômica que afetam a Venezuela tem feito

com que um crescente número de pessoas venha para o Brasil pela fronteira com Roraima.

Para o professor da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e especialista em questões fronteiriças, João Carlos Jarochinski, os números de pedidos de refúgio somados às solicitações de residência temporária recebidos pela PF refletem índices reais de migrantes.

“Obviamente, há pessoas que entraram irregularmente no Brasil, mas eu particularmente não acho que os irregulares sejam muitos, até porque eles têm feito o pedido de refúgio para fins de obtenção de documentação e acesso aos serviços de saúde, por exemplo”, explica.

De acordo com o professor, no entanto, o número de venezuelanos buscando abrigo em Roraima é pequena se levado em comparação o número de pessoas que têm deixado a Venezuela nos últimos meses e grande se pensada na perspectiva local.

“Para a média histórica de Roraima o número de venezuelanos vindo para o estado é grande, mas se pensarmos na realidade nacional ou mundial, não é um número absurdo”, afirma.

A vida em Roraima

Com pouca disponibilidade de recursos econômicos, muitos venezuelanos buscam moradia em Boa Vista, capital de Roraima, ou em Pacaraima, cidade de fronteira entre Brasil e Venezuela. Outros, mais abastados, se mudam para o o Estado de Amazonas ou São Paulo.

Muitos refugiados que vão para Boa Vista buscam moradia em um abrigo provisório instalado desde 27 de dezembro na periferia da capital. O prazo de permanência no local, administrado pela Defesa Civil estadual e Federação Humanitária Internacional, deve ser de no máximo 15 dias.

O abrigo improvisado funciona em um ginásio poliesportivo com problemas estruturais, mas oferece comida e atrai muitos venezuelanos, entre eles dezenas de índios da etnia Warao.

Um levantamento realizado no dia 5 deste mês apontou que há 289 venezuelanos morando no abrigo. Desse total, 205 são indígenas da etnia Warao e 84 não-índios.

O pintor profissional Erison Herrera, de 42 anos, foi um dos venezuelanos que recentemente pediu refúgio à PF em Roraima. Ele está vivendo no abrigo da capital, longe dos filhos e da mulher que ainda moram em Maturín, no estado de Monara, na Venezuela.

“Na Venezuela não há comida e nem emprego. Se eu conseguir me regularizar aqui no Brasil não irei voltar para lá. Pretendo trazer minha família para morar em Roraima assim que eu conseguir me empregar. Agora, a dor da saudade é grande, mas tive de vir para cá”, diz.

Diferente de Erison, a venezuelana Rosibel Del Valle Diaz trouxe dois dos quatro filhos que têm. Ela já está há dois meses no abrigo. Antes de se mudar para a capital de Roraima, viveu nas ruas de Pacaraima por meses.

Cuidadora de idosos e babá, ela diz que não pensa em voltar para a Venezuela e culpa o presidente Nicolás Maduro por ter prejudicado a economia do país. Ela e o marido, de 23 anos, também pediram refúgio à PF.

“Com Maduro no poder não volto para a Venezuela. Lá até dá para conseguir emprego, mas o dinheiro não alcança os preços”, diz a venezuelana que vivia em Cumaná, no estado de Sucre.

Outros venezuelanos decidem ficar na fronteira com o país natal e buscam moradia na cidade de Pacaraima, distante 190 km de Boa Vista e a 17 km de Santa Elena de Uaiarén, primeira cidade venezuelana após a fronteira com o Brasil.

A cidade com pouco mais de 10 mil habitantes consta diariamente a chegada de inúmeros venezuelanos. Alguns só planejam comprar comida e voltar para seu país de origem, provocando uma verdadeira corrida por alimentos na cidade.

Outros decidem se tornar moradores de Pacaraima e se sujeitam a ficar na rua, chegando até mesmo a viver dentro de banheiros públicos junto com dezenas de contêrreos.

Devido ao aumento de números de imigrantes na cidade, o governo federal planeja ofertar 200 vagas a venezuelanos em um centro provisório de acolhimento em Pacaraima, segundo a Casa Civil da Presidência da República informou no mês de maio, em visita ao estado.

Até hoje nada foi montado na fronteira, mas reuniões foram feitas entre representantes dos governos federal e estadual e do Alto Comissariado da Agência da ONU para Refugiados (Acnur), juntos eles estudam soluções emergenciais para lidar com o crescente número de venezuelanos em Roraima.

CONCLUSÃO

Pelo exposto, verifica-se que o Direito Internacional dos Refugiados, apesar de ter surgido no início do século XX e de somente ter sido positivado internacionalmente na década de 50 do mesmo século, é um dos ramos do Direito Internacional que mais se desenvolveu recentemente, demonstrando não somente a sua relevância, mas também a consciência dessa pela comunidade internacional. Esse fato pode ser justificado em função de ele ser uma vertente do Direito Internacional dos Direitos Humanos, que vem ganhando relevância na agenda internacional, especialmente nas últimas décadas, quando se percebeu a importância do seu objeto: o ser humano. Apesar de bem desenvolvida, a temática dos refugiados ainda é extremamente dependente da vontade política dos Estados, posto que é no âmbito desses que ocorrerá a efetivação da proteção, razão pela qual a participação deles, por meio da ratificação dos documentos internacionais relativos ao tema e da elaboração de leis nacionais, é imprescindível. Nesse sentido, a postura do Brasil pode ser vista como exemplar, pois tanto a Convenção de 51 quanto o Protocolo

de 67 foram recepcionados por nosso ordenamento, o qual ainda promulgou uma lei específica para refugiados, inserindo em seu elenco de políticas públicas a proteção de seres humanos com bem fundado temor de perseguição. Um dos grandes problemas atuais do Direito Internacional dos Direitos Humanos e do Direito Internacional dos Refugiados, como já mencionado, vem a ser a sua efetivação posto que, ela depende da vontade dos Estados. Tal dependência traz consigo limitações tanto internacional quanto internamente, uma vez que demanda, além de uma conscientização internacional,

REFERÊNCIAS

PIMENTEL, M. Entenda a crise na Venezuela que provocou forte onda migratória ao Brasil. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/mundo/2018/03/entenda-a-crise-na-venezuela-que-provocou-onda-migratoria-ao-brasil.html>>. Acesso em: 30.nov.2020.

OLIVEIRA, V. AGU pede ao STF suspensão do decreto do governo de Roraima que limita serviços a estrangeiros. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2018/08/03/agu-pede-ao-stf-suspensao-do-decreto-do-governo-de-roraima-que-limita-servicos-a-estrangeiros.ghtml>>. Acesso em: 30.nov.2020.

DECRETOLEI Nº9.474, DE 22 DE JULHO DE 1997. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1997/lei-9474-22-julho-1997-365390-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 30.nov.2020.

CAMPOS, S. Página 2 do Diário Oficial do Estado de Roraima (DOERR) de 1 de Agosto de 2018. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/201985169/doerr-01-08-2018-pg-2>>. Acesso em: 30.nov.2020.

COSTA, E. Juiz manda suspender entrada de venezuelanos no Brasil pela fronteira de RR. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2018/08/06/juiz-de-roraima-manda-suspender-entrada-de-venezuelanos-no-brasil.ghtml>>. Acesso em: 30.nov.2020.

SOBRE O ORGANIZADOR

ELÓI MARTINS SENHORAS - Professor associado e pesquisador do Departamento de Relações Internacionais (DRI), do Programa de Especialização em Segurança Pública e Cidadania (MJ/UFRR), do Programa de MBA em Gestão de Cooperativas (OCB-RR/UFRR), do Programa de Mestrado em Geografia (PPG-GEO), do Programa de Mestrado em Sociedade e Fronteiras (PPG-SOF), do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Amazônia (PPG-DRA) e do Programa de Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (PROFNIT) da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Graduado em Economia. Graduado em Política. Especialista pós-graduado em Administração - Gestão e Estratégia de Empresas. Especialista pós-graduado em Gestão Pública. Mestre em Relações Internacionais. Mestre em Geografia - Geoeconomia e Geopolítica. Doutor em Ciências. *Post-Doc* em Ciências Jurídicas. *Visiting scholar* na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), na University of Texas at Austin, na Universidad de Buenos Aires, na Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, México e na National Defense University. *Visiting researcher* na Escola de Administração Fazendária (ESAF), na Universidad de Belgrano (UB), na University of British Columbia e na University of California, Los Angeles. Professor do quadro de Elaboradores e Revisores do Banco Nacional de Itens (BNI) do Exame Nacional de Desempenho (ENADE) e avaliador do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (BASis) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC). Professor orientador do Programa Agentes Locais de Inovação (ALI) do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/RR) e pesquisador do Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais (CENEGRI). Organizador das coleções de livros Relações Internacionais e Comunicação & Políticas Públicas pela Editora da Universidade Federal de Roraima (UFRR), bem como colunista do Jornal Roraima em Foco. Membro do conselho editorial da Atena Editora.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Administração 88, 106, 187, 220, 227, 234

Água 5, 26, 55, 65, 88, 89, 94, 98, 114, 149, 150, 159, 163, 167, 168, 172, 173, 190

Amazônia 6, 17, 18, 20, 29, 31, 33, 38, 39, 40, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 234

Animais Silvestres 6, 29, 30, 39, 40, 189

Aquário 7, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 97

C

Ciclismo 7, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 106

Cicloturismo 7, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107

Cidadania 8, 59, 62, 63, 64, 66, 70, 81, 175, 176, 179, 234

Cidade 6, 7, 6, 9, 23, 43, 44, 45, 46, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 75, 77, 78, 81, 82, 83, 84, 87, 99, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 116, 117, 130, 135, 142, 146, 147, 148, 149, 151, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 168, 173, 217, 224, 231, 232

Comunidade 8, 27, 42, 43, 49, 51, 52, 53, 54, 56, 63, 75, 92, 100, 102, 103, 104, 106, 178, 206, 207, 213, 214, 216, 217, 219, 232

Concessão 7, 14, 106, 109, 146, 147, 150, 152, 153, 154, 155, 156, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173

Contrato 7, 150, 152, 155, 156, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173

Coronavirus 2, 11

Cultura Política 8, 59, 175

D

Direito dos animais 8, 183

Direitos Humanos 8, 1, 3, 4, 5, 22, 44, 57, 62, 196, 198, 199, 200, 201, 203, 204, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 224, 226, 228, 229, 232, 233

E

Entretenimento 7, 76, 86, 87, 88, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 103

Envelhecimento 121, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 183, 184, 192, 193, 194

Esgotamento sanitário 7, 146, 147, 149, 150, 151, 155, 159, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173

Esgoto 155, 156, 157, 158, 165, 167, 168, 171, 174

F

Fiscalização 7, 32, 39, 146, 147, 150, 152, 156, 158, 159, 161, 169, 171, 173, 203

G

Galactogenia 8, 183

Gênero 6, 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 136, 184, 196, 197, 199, 207, 209, 221

I

Internações 7, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129

J

Jardim Botânico 72, 73, 74, 75, 76, 77, 80, 81, 82, 83, 84, 85

L

Lazer 6, 6, 46, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 88, 100, 101, 103, 105

Lutas Sociais 6, 53, 57, 59, 61, 62, 70

M

Marketplaces 108, 109, 120

Método 8, 3, 32, 84, 87, 112, 122, 130, 136, 137, 143, 168, 169, 175, 176, 178, 180, 219, 220

Migração 8, 16, 221, 223, 224

Mobilidade 7, 59, 61, 64, 65, 67, 108, 109, 110, 111, 112, 117, 118, 119, 205

Modelo 7, 1, 9, 14, 16, 17, 23, 35, 74, 130, 132, 133, 134, 136, 147, 150, 159, 161, 162, 163, 164, 171, 184, 197, 200, 206, 214, 222

Movimentos Sociais 6, 2, 4, 6, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 27, 50, 51, 57, 58, 59, 61, 63, 65, 66, 67, 68, 70, 179

MST 6, 1, 2, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 22, 23, 24, 25, 26, 28

O

Osteoporose 183, 185, 186, 187, 192, 193, 195

P

Pandemia 6, 1, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 91

Parque 71, 72, 73, 75, 76, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 88, 90, 105

Participação Social 8, 52, 175

Percepção 6, 42, 43, 51, 52, 53, 55, 178, 190

Pesquisa 5, 8, 1, 2, 3, 11, 13, 26, 27, 28, 29, 32, 42, 43, 52, 53, 55, 60, 61, 62, 64, 66, 68,

71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 84, 85, 87, 89, 90, 92, 96, 99, 100, 103, 104, 106, 112, 119, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 138, 139, 143, 144, 146, 147, 161, 162, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 196, 199, 205, 213, 214, 219, 220, 234

Plataformas Digitais 108, 109

População 6, 1, 3, 9, 17, 18, 19, 33, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 55, 56, 59, 64, 65, 66, 68, 69, 71, 78, 80, 81, 83, 101, 109, 110, 116, 122, 123, 124, 126, 127, 128, 129, 146, 147, 149, 158, 159, 161, 162, 163, 180, 184, 185, 193, 194, 217, 221, 222, 224, 225, 226, 227

R

Reforma Agrária 6, 3, 10, 13, 14, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 27, 28

Reforma Urbana 6, 59, 60, 61, 62, 64

Regulação 7, 63, 146, 147, 150, 152, 159, 169, 171, 173, 186, 198

Rural 5, 6, 1, 2, 3, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 39, 42, 43, 47, 53, 55, 58

S

Saneamento 34, 42, 59, 61, 62, 64, 65, 67, 146, 147, 149, 151, 159, 161, 162, 163, 166, 167, 173

Saúde 7, 8, 1, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 42, 46, 47, 53, 54, 55, 56, 58, 66, 98, 105, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 147, 162, 168, 175, 183, 184, 185, 186, 187, 191, 193, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 215, 219, 220, 221, 225, 226, 227, 229, 231

Segurança Pública 7, 130, 135, 140, 143, 226, 227, 234

Solidariedade 6, 1, 7, 8, 11, 219

SUS 129, 197, 209

T

Terra 6, 1, 2, 5, 7, 8, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 26, 27, 28, 30, 45, 48, 66, 78, 181, 182

Território 6, 14, 15, 16, 23, 35, 37, 42, 43, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 58, 74, 103, 163, 224, 226, 227, 229

Turismo 6, 7, 29, 71, 72, 73, 75, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 106, 107

U

Urbano 6, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 61, 63, 64, 65, 66, 76, 80, 82, 83

V

Venezuelanos 8, 221, 222, 223, 224, 225, 229, 230, 231, 232, 233

Violência Obstétrica 8, 196, 197, 198, 199, 200, 202, 203, 204, 207, 208, 209, 210, 211, 212

Voluntários 8, 213, 214, 217, 218, 219

Pesquisas
Interdisciplinares
Estimuladas por
Problemas Concretos
das Ciências Sociais
Aplicadas

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2021

Pesquisas
Interdisciplinares
Estimuladas por
Problemas Concretos
das Ciências Sociais
Aplicadas

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2021